

Guilherme de Souza Nucci

Princípios Constitucionais Penais e Processuais Penais

4.^a edição

revista, atualizada
e ampliada



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2015 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 4.^a edição.

- Capa: Danilo Oliveira

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Nucci, Guilherme de Souza

Princípios constitucionais penais e processuais penais / Guilherme de Souza Nucci. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-6203-6

1. Direito penal. 2. Processo penal. I. Título.

14-18703

CDU: 343.1(81)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| I. PRINCÍPIOS | 27 |
| 1. Conceito e amplitude | 27 |
| 2. Graduação dos princípios | 30 |
| II. PRINCÍPIOS REGENTES | 31 |
| 1. Dignidade da pessoa humana | 31 |
| 1.1 Aspectos do crime e a dignidade da pessoa humana..... | 33 |
| 1.2 Aspectos do processo e a dignidade da pessoa humana | 39 |
| 1.3 A dignidade da pessoa humana na jurisprudência | 42 |
| 1.3.1 Exteriorização penal..... | 42 |
| 1.3.1.1 Insignificância e crime militar | 42 |
| 1.3.1.2 Tráfico de drogas e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos | 43 |
| 1.3.1.3 Execução provisória da pena..... | 44 |
| 1.3.1.4 <i>Sursis</i> humanitário e prisão domiciliar | 44 |
| 1.3.1.5 Inexistência de casa do albergado..... | 44 |

| | | |
|----------|---|----|
| 1.3.1.6 | Controle judiciário da execução penal..... | 45 |
| 1.3.1.7 | Insignificância no contexto tributário | 46 |
| 1.3.1.8 | Penas alternativas e cestas básicas | 46 |
| 1.3.1.9 | Finalidade da pena | 47 |
| 1.3.1.10 | Redução a condição análoga à de escravo..... | 47 |
| 1.3.1.11 | Trabalho externo e regime semiaberto | 48 |
| 1.3.1.12 | Visita íntima..... | 48 |
| 1.3.1.13 | Local adequado para abrigar inimputável..... | 48 |
| 1.3.1.14 | Superlotação dos presídios e regime inadequado..... | 49 |
| 1.3.1.15 | Indevida violação do sigilo bancário pela Receita Federal ... | 49 |
| 1.3.1.16 | Violação da dupla punição pelo mesmo fato..... | 50 |
| 1.3.1.17 | Progressão de regime para condenado estrangeiro | 50 |
| 1.3.2 | Exteriorização processual penal..... | 50 |
| 1.3.2.1 | Prisão domiciliar | 50 |
| 1.3.2.2 | Justa causa para a ação penal e recebimento da denúncia ... | 51 |
| 1.3.2.3 | Prisão cautelar e razoável duração do processo | 51 |
| 1.3.2.4 | Competência federal e redução à condição análoga a de escravo..... | 53 |
| 1.3.2.5 | Direito de presença em juízo..... | 54 |
| 1.3.2.6 | Avaliação da palavra da vítima..... | 54 |
| 1.3.2.7 | A soberania dos veredictos e a dignidade da vítima | 54 |
| 1.3.2.8 | Ilegitimidade da prova advinda da fase inquisitiva | 55 |
| 1.3.2.9 | Excepcionalidade da prisão cautelar | 56 |
| 1.3.2.10 | Provas ilícitas e direito à intimidade..... | 57 |
| 1.3.2.11 | Tráfico de drogas e liberdade provisória..... | 58 |
| 1.3.2.12 | Fixação da competência federal nos crimes contra a organização do trabalho..... | 59 |
| 1.3.2.13 | Termos usados na denúncia para designar o acusado..... | 59 |
| 1.3.2.14 | Comparecimento em juízo durante a execução da pena... | 59 |
| 1.3.2.15 | Indispensabilidade da fundamentação da decisão judicial..... | 60 |
| 1.3.2.16 | Denúncia genérica | 60 |
| 1.3.2.17 | Substituição da prisão por outras medidas cautelares..... | 60 |
| 1.3.2.18 | Condições precárias de saúde e direito à liberdade provisória | 61 |

| | | |
|----------|--|----|
| 2. | Devido processo legal..... | 61 |
| 2.1 | Aspectos ligados ao crime..... | 63 |
| 2.2 | Aspectos ligados ao processo..... | 64 |
| 2.3 | A devida investigação penal..... | 65 |
| 2.4 | O devido processo legal na jurisprudência | 69 |
| 2.4.1 | Exteriorização penal..... | 69 |
| 2.4.1.1 | Correlação com a intervenção mínima..... | 69 |
| 2.4.1.2 | Correlação com a responsabilidade pessoal..... | 70 |
| 2.5.2 | Exteriorização processual penal..... | 70 |
| 2.5.2.1 | Correlação com a ampla defesa..... | 70 |
| 2.5.2.2 | Correlação com a duração razoável do processo | 71 |
| 2.5.2.3 | Correlação com o contraditório | 72 |
| 2.5.2.4 | Correlação com as provas ilícitas..... | 73 |
| 2.5.2.5 | Correlação com a prevalência do interesse do réu..... | 73 |
| 2.5.2.6 | Correlação com a presunção de inocência | 74 |
| 2.5.2.7 | Correlação com o duplo grau de jurisdição..... | 74 |
| 2.5.2.8 | <i>Habeas corpus</i> e avaliação de provas..... | 74 |
| 2.5.2.9 | Videoconferência antes da Lei 11.900/2009 | 75 |
| 2.5.2.10 | Nulidade do processo e avaliação do prejuízo para o réu.. | 76 |
| 2.5.2.11 | Julgamento antecipado da lide..... | 76 |
| 2.5.2.12 | Possibilidade de decretação da prisão cautelar | 76 |
| 2.5.2.13 | Observância dos prazos..... | 77 |
| 2.5.2.14 | Oferta de suspensão condicional do processo pelo Ministério Público | 77 |
| 2.5.2.15 | Perícia não pode ser substituída por testemunhas..... | 78 |
| 2.5.2.16 | Correlação com publicidade do processo, ampla defesa e contraditório em relação ao sigilo imposto por Provimento do TJSP | 78 |
| 2.5.2.17 | Correlação com o direito à liberdade provisória..... | 78 |
| 2.5.2.18 | Expressão do direito de defesa | 79 |

III. DIREITOS E GARANTIAS HUMANAS FUNDAMENTAIS 81

| | | |
|----|------------------------------------|----|
| 1. | Direitos humanos fundamentais..... | 81 |
|----|------------------------------------|----|

| | | |
|------------|--|-----------|
| 2. | Garantias humanas fundamentais | 83 |
| 3. | Superioridade dos direitos e garantias fundamentais e harmonia das normas constitucionais | 84 |
| IV. | PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E ENFOQUES PROCESSUAIS PENAIS | 89 |
| 1. | Princípios explícitos..... | 89 |
| 1.1 | Concernentes à atuação do Estado..... | 89 |
| 1.1.1 | Princípio da legalidade ou da reserva legal e princípios correlatos da estrita legalidade da prisão cautelar, da obrigatoriedade da ação penal e da oficialidade | 89 |
| 1.1.1.1 | Conceito e alcance..... | 89 |
| 1.1.1.2 | Legalidade formal e eficácia do princípio..... | 91 |
| 1.1.1.3 | Fontes do direito penal e do processo penal | 93 |
| 1.1.1.4 | Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco..... | 99 |
| 1.1.1.5 | Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva..... | 102 |
| 1.1.1.6 | Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva | 105 |
| 1.1.1.7 | Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios .. | 106 |
| 1.1.1.8 | A função do costume nos âmbitos penal e processual penal | 107 |
| 1.1.1.9 | Estrita legalidade da prisão cautelar | 108 |
| 1.1.1.10 | Obrigatoriedade da ação penal | 110 |
| 1.1.1.11 | Oficialidade | 111 |
| 1.1.1.12 | A legalidade na jurisprudência | 112 |
| 1.1.2 | Princípio da anterioridade da lei penal | 136 |
| 1.1.2.1 | Conceito e aplicação prática..... | 136 |
| 1.1.2.2 | Correlação com a retroatividade da lei penal benéfica..... | 137 |
| 1.1.2.3 | A anterioridade na jurisprudência | 137 |
| 1.1.3 | Princípio da retroatividade da lei penal benéfica | 139 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 1.1.3.1 | Conceito e relevância | 139 |
| 1.1.3.2 | Extratividade da lei penal benéfica..... | 140 |
| 1.1.3.2.1 | Ultratividade da lei..... | 143 |
| 1.1.3.2.2 | Retroatividade da lei | 143 |
| 1.1.3.2.3 | Lei penal intermediária | 144 |
| 1.1.3.3 | Lei penal abolicionista e o princípio da continuidade normativa típica | 144 |
| 1.1.3.4 | Aspectos polêmicos da retroatividade benéfica..... | 145 |
| 1.1.3.4.1 | Interpretação benéfica de lei penal..... | 145 |
| 1.1.3.4.2 | Lei penal corretiva ou interpretativa..... | 146 |
| 1.1.3.4.3 | Lei penal publicada com erro..... | 148 |
| 1.1.3.4.4 | Lei penal em <i>vacatio legis</i> | 149 |
| 1.1.3.4.5 | Lei penal inconstitucional..... | 152 |
| 1.1.3.4.6 | Combinação de leis penais | 152 |
| 1.1.3.4.7 | Crime permanente e crime continuado..... | 155 |
| 1.1.3.5 | Competência para aplicação | 156 |
| 1.1.3.6 | Leis processuais penais materiais | 157 |
| 1.1.3.7 | Lei penal excepcional ou temporária | 160 |
| 1.1.3.8 | A retroatividade da lei penal benéfica na jurisprudência | 161 |
| 1.1.3.8.1 | Retroatividade benéfica na aplicação da pena | 161 |
| 1.1.3.8.2 | Combinação de leis..... | 163 |
| 1.1.3.8.3 | Retroatividade benéfica do complemento de norma em branco | 169 |
| 1.1.3.8.4 | Irretroatividade prejudicial..... | 169 |
| 1.1.3.8.5 | Norma processual penal material benéfica | 170 |
| 1.1.3.8.6 | Extratividade fora do período data do fato/término do interesse punitivo estatal | 171 |
| 1.1.3.8.7 | Ultratividade benéfica | 171 |
| 1.1.3.8.8 | Retroatividade da remição benéfica..... | 172 |
| 1.1.3.8.9 | Competência para aplicar a lei nova favorável | 173 |
| 1.1.3.8.10 | Retroatividade de norma extrapenal gerando insignificância | 174 |
| 1.1.4 | Princípio da humanidade | 174 |
| 1.1.4.1 | A concretude do princípio da humanidade..... | 176 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 1.1.4.2 | A humanidade na jurisprudência..... | 179 |
| 1.1.4.2.1 | Progressão de regime..... | 179 |
| 1.1.4.2.2 | Cumprimento da pena privativa de liberdade em presídio federal..... | 180 |
| 1.1.4.2.3 | Viabilidade da prisão domiciliar..... | 181 |
| 1.1.4.2.4 | Extensão da medida de segurança..... | 182 |
| 1.1.4.2.5 | Progressão de regime para estrangeiro..... | 183 |
| 1.2 | Concernentes ao indivíduo..... | 183 |
| 1.2.1 | Princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal e princípio consequencial da intranscendência..... | 183 |
| 1.2.1.1 | Conceito e amplitude..... | 183 |
| 1.2.1.2 | A medida penal do princípio..... | 184 |
| 1.2.1.3 | A medida extrapenal do princípio..... | 186 |
| 1.2.1.4 | Correlação entre responsabilidade pessoal e culpabilidade..... | 188 |
| 1.2.1.5 | Correção entre responsabilidade pessoal e intranscendência..... | 189 |
| 1.2.1.6 | A responsabilidade pessoal na jurisprudência..... | 189 |
| 1.2.1.6.1 | Exigência..... | 189 |
| 1.2.1.6.2 | Não configuração..... | 190 |
| 1.2.1.6.3 | Concurso de pessoas..... | 191 |
| 1.2.1.6.4 | Responsabilidade civil independente..... | 191 |
| 1.2.1.6.5 | Intranscendência..... | 191 |
| 1.2.1.6.6 | Execução penal..... | 192 |
| 1.2.1.6.7 | Confusão indevida entre pessoa jurídica e sócio..... | 193 |
| 1.2.2 | Princípio da individualização da pena e princípio correlato da individualização das medidas cautelares processuais penais... | 193 |
| 1.2.2.1 | Conceito e importância..... | 193 |
| 1.2.2.2 | A concretização da pena: <i>quantum</i> , regime e benefícios .. | 195 |
| 1.2.2.3 | A motivação da aplicação da pena..... | 197 |
| 1.2.2.4 | Individualização das medidas cautelares processuais penais..... | 198 |
| 1.2.2.5 | A individualização executória..... | 199 |
| 1.2.2.6 | A detração e o regime inicial de cumprimento da pena.... | 201 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 1.2.2.7 | A individualização da pena na jurisprudência..... | 202 |
| 1.2.2.7.1 | Fundamentação da dosimetria..... | 202 |
| 1.2.2.7.2 | Não ofensa ao princípio da individualização da pena | 206 |
| 1.2.2.7.3 | Contexto processual | 207 |
| 1.2.2.7.4 | Individualização executória..... | 207 |
| 1.2.2.7.5 | Regime inicial semiaberto e inclusão do réu no fechado por falta de vaga..... | 209 |
| 1.2.2.7.6 | Deferimento da progressão do fechado ao semiaberto e falta de vaga | 209 |
| 1.2.2.7.7 | Concessão de indulto e rigoroso cumprimento dos termos do decreto | 210 |
| 1.2.2.7.8 | Cálculo das causas de aumento do roubo: qualidade e não quantidade..... | 211 |
| 1.2.2.7.9 | Individualização de corréus..... | 211 |
| 1.2.2.7.10 | Importância do critério trifásico | 212 |
| 1.2.2.7.11 | Inconstitucionalidade de lei em face do regime inicial fechado..... | 212 |
| 1.2.2.7.12 | Progressão para estrangeiro..... | 213 |
| 1.2.2.7.13 | Limite mínimo e coexistência de atenuantes | 213 |
| 1.2.2.7.14 | Vedação ao <i>bis in idem</i> | 213 |
| 1.2.2.7.15 | Supressão de instância..... | 214 |
| 2. | Princípios implícitos..... | 214 |
| 2.1 | Concernentes à atuação do Estado..... | 214 |
| 2.1.1 | Princípio da intervenção mínima – princípios paralelos e corolários: subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade..... | 214 |
| 2.1.1.1 | Princípio da insignificância | 218 |
| 2.1.1.2 | A insignificância na jurisprudência | 223 |
| 2.1.1.2.1 | Aplicabilidade..... | 223 |
| 2.1.1.2.2 | Inaplicabilidade..... | 239 |
| 2.1.1.3 | Princípio da adequação social..... | 250 |
| 2.1.1.4 | A adequação social na jurisprudência criminal..... | 251 |
| 2.1.1.4.1 | Admissibilidade | 251 |
| 2.1.1.4.2 | Inadmissibilidade..... | 251 |
| 2.1.1.4.3 | A polêmica do crime do art. 229 do Código Penal | 254 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 2.1.1.5 | A tipificação do perigo abstrato..... | 255 |
| 2.1.2 | Princípio da taxatividade..... | 258 |
| 2.1.2.1 | Conceito e importância..... | 258 |
| 2.1.2.2 | Mecanismos legítimos para a construção dos tipos penais: elementos normativos, subjetivos específicos e norma em branco..... | 258 |
| 2.1.2.3 | Análise dos tipos abertos..... | 260 |
| 2.1.2.3.1 | Os elementos necessários..... | 260 |
| 2.1.2.3.2 | Os excessos ofensivos à taxatividade..... | 264 |
| 2.1.2.4 | As falhas de construções dos tipos penais..... | 269 |
| 2.1.2.4.1 | Tautologia..... | 269 |
| 2.1.2.4.2 | Omissão descritiva..... | 270 |
| 2.1.2.4.3 | Excesso descritivo..... | 270 |
| 2.1.2.4.4 | Estrutura fechada em tipo aberto..... | 271 |
| 2.1.2.4.5 | Estrutura aberta em tipo fechado..... | 272 |
| 2.1.2.4.6 | Estrutura fechada excessivamente limitante..... | 272 |
| 2.1.2.4.7 | Inserção de elemento subjetivo genérico..... | 274 |
| 2.1.2.4.8 | Inserção de elemento subjetivo específico limitador..... | 275 |
| 2.1.2.4.9 | Título inadequado..... | 276 |
| 2.1.2.4.10 | Título implícito..... | 276 |
| 2.1.2.5 | Normas penais explicativas..... | 277 |
| 2.1.2.6 | Tipos remissivos..... | 278 |
| 2.1.2.7 | Política criminal..... | 279 |
| 2.1.2.8 | A taxatividade na jurisprudência..... | 281 |
| 2.1.3 | Princípio da proporcionalidade..... | 283 |
| 2.1.3.1 | Conceito e dimensão..... | 283 |
| 2.1.3.2 | Alterações legislativas e desproporcionalidade..... | 284 |
| 2.1.3.3 | O princípio da proibição da proteção deficiente..... | 287 |
| 2.1.3.4 | A proporcionalidade na jurisprudência..... | 288 |
| 2.1.3.4.1 | Aplicação da pena..... | 288 |
| 2.1.3.4.2 | Pena pecuniária..... | 298 |
| 2.1.3.4.3 | Correlação com o princípio da individualização da pena..... | 299 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 2.1.3.4.4 | Execução da pena..... | 301 |
| 2.1.3.4.5 | Prisão cautelar e medidas cautelares alternativas | 301 |
| 2.1.4 | Princípio da vedação da dupla punição pelo mesmo fato | 306 |
| 2.1.4.1 | Conceito e aplicação prática..... | 306 |
| 2.1.4.2 | Correlação com a individualização da pena..... | 306 |
| 2.1.4.3 | Inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal | 307 |
| 2.1.4.4 | A constitucionalidade da aplicação da reincidência..... | 307 |
| 2.1.4.5 | Absorção do perigo pelo dano | 308 |
| 2.1.4.6 | A dupla punição na jurisprudência..... | 309 |
| 2.1.4.6.1 | Extradicação..... | 309 |
| 2.1.4.6.2 | Reincidência | 309 |
| 2.1.4.6.3 | Consideração do mesmo fato para diferentes fases da aplicação da pena | 311 |
| 2.1.4.6.4 | Regime de cumprimento da pena e pena restritiva de direitos..... | 313 |
| 2.1.4.6.5 | Conflito aparente de normas | 314 |
| 2.1.4.6.6 | Elementares do tipo e demais circunstâncias para aplicação da pena | 314 |
| 2.1.4.6.7 | Concurso entre roubo qualificado e quadrilha [associação criminosa] armada..... | 315 |
| 2.1.4.6.8 | Circunstâncias judiciais na dosimetria da pena | 315 |
| 2.1.4.6.9 | Concurso entre delitos financeiros e lavagem de dinheiro | 315 |
| 2.1.4.6.10 | Em confronto com a transação penal..... | 316 |
| 2.2 | Concernente ao indivíduo | 316 |
| 2.2.1 | Princípio da culpabilidade..... | 316 |
| 2.2.1.1 | Conceito e relevância | 316 |
| 2.2.1.2 | Dolo e culpa: uma nova abordagem | 318 |
| 2.2.1.3 | Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa..... | 321 |
| 2.2.1.4 | Culpabilidade no campo da aplicação da pena | 326 |
| 2.2.1.5 | Culpabilidade no processo penal..... | 326 |
| 2.2.1.6 | A culpabilidade na jurisprudência | 327 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 2.2.1.6.1 | A responsabilidade penal objetiva na jurisprudência | 327 |
| 2.2.1.6.2 | Culpabilidade na aplicação da pena | 331 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| V. | PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS PENAIS E ENFOQUES PENAIS | 333 |
| 1. | Princípios explícitos..... | 333 |
| 1.1 | Concernentes ao indivíduo..... | 333 |
| 1.1.1 | Princípio da presunção de inocência..... | 333 |
| 1.1.1.1 | Conceito e extensão | 333 |
| 1.1.1.2 | Ônus da prova | 335 |
| 1.1.1.3 | Excepcionalidade das medidas restritivas à liberdade e à intimidade..... | 337 |
| 1.1.1.3.1 | A denúncia anônima..... | 337 |
| 1.1.1.3.2 | A prisão preventiva como fundamento cautelar único... | 338 |
| 1.1.1.3.3 | O <i>habeas corpus</i> e a dúvida quanto à necessidade da prisão cautelar | 339 |
| 1.1.1.4 | Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu e da imunidade à autoacusação | 340 |
| 1.1.1.4.1 | Prevalência do interesse do réu..... | 341 |
| 1.1.1.4.2 | Imunidade à autoacusação e direito ao silêncio..... | 341 |
| 1.1.1.4.3 | Presunção de culpa no Direito Penal | 344 |
| 1.1.1.4.4 | Inaplicabilidade após o trânsito em julgado..... | 346 |
| 1.1.1.4.5 | Prescrição antecipada ou virtual | 347 |
| 1.1.1.4.6 | A presunção de inocência na jurisprudência | 349 |
| 1.1.2 | Princípio da ampla defesa | 368 |
| 1.1.2.1 | Conceito e vastidão | 368 |
| 1.1.2.2 | Autodefesa e defesa técnica | 368 |
| 1.1.2.3 | Correlação com o estado de inocência..... | 369 |
| 1.1.2.4 | Correlação com a duração razoável do processo e impunidade | 370 |
| 1.1.2.5 | Especificidades no processo penal | 370 |
| 1.1.2.6 | A ampla defesa na jurisprudência..... | 372 |
| 1.1.2.6.1 | Atuação do defensor | 372 |
| 1.1.2.6.2 | Conteúdo da acusação..... | 378 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 1.1.2.6.3 | Peças processuais | 380 |
| 1.1.2.6.4 | Medidas cautelares de restrição à propriedade | 383 |
| 1.1.2.6.5 | Comunicações de atos por edital..... | 384 |
| 1.1.2.6.6 | Revogação de benefícios penais | 385 |
| 1.1.2.6.7 | Avaliação de provas..... | 386 |
| 1.1.2.6.8 | Apelação e fuga do réu..... | 387 |
| 1.1.2.6.9 | Execução penal..... | 387 |
| 1.1.2.6.10 | Confronto com o crime de falsa identidade | 389 |
| 1.1.2.6.11 | Confronto com o Provimento 32/2000 do TJSP, que impõe sigilo aos nomes de vítimas e testemunhas..... | 389 |
| 1.1.2.6.12 | Apreciação de recurso somente pelo relator | 389 |
| 1.1.2.6.13 | Fixação de indenização civil na sentença condenatória | 389 |
| 1.1.2.6.14 | Atuação do Ministério Público em 2.º grau..... | 390 |
| 1.1.2.6.15 | Ordem de inquirição do réu e das testemunhas..... | 390 |
| 1.1.3 | Princípio da plenitude de defesa | 390 |
| 1.1.3.1 | Conceito e interesse prático | 390 |
| 1.1.3.2 | Especificidades no processo penal | 391 |
| 1.1.3.3 | Restrição à autodefesa técnica | 392 |
| 1.1.3.4 | A plenitude de defesa na jurisprudência..... | 393 |
| 1.1.3.4.1 | Atuação do defensor | 393 |
| 1.1.3.4.2 | Autodefesa e defesa técnica..... | 394 |
| 1.1.3.4.3 | Superioridade em relação à ampla defesa | 395 |
| 1.1.3.4.4 | Tréplica no júri | 396 |
| 1.1.3.4.5 | Não divulgação do resultado total da votação..... | 396 |
| 1.1.3.4.6 | Quesito de interesse defensivo não levantado pelas partes em plenário..... | 396 |
| 1.1.3.4.7 | Intimação de corréu e seu defensor para o interrogatório de outro acusado..... | 396 |
| 1.1.3.4.8 | Presença do acusado no julgamento | 397 |
| 1.1.3.4.9 | Prazo entre a intimação do Defensor Público e a data do julgamento pelo júri | 397 |
| 1.1.3.4.10 | Reconhecimento de atenuante de ofício pelo juiz presidente | 397 |
| 1.1.3.4.11 | Ausência de correlação entre acusação e pronúncia ... | 398 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 1.2 | Concernente à relação processual..... | 398 |
| 1.2.1 | Princípio do contraditório..... | 398 |
| 1.2.1.1 | Conceito e limites..... | 398 |
| 1.2.1.2 | Contraditório de fatos..... | 400 |
| 1.2.1.3 | Contraditório de direito..... | 400 |
| 1.2.1.4 | Contraditório de provas..... | 401 |
| 1.2.1.5 | Contraditório de alegações e requerimentos..... | 401 |
| 1.2.1.6 | A não prevalência do contraditório..... | 402 |
| 1.2.1.7 | O contraditório na jurisprudência..... | 403 |
| 1.2.1.7.1 | Provas..... | 403 |
| 1.2.1.7.2 | Investigação policial..... | 405 |
| 1.2.1.7.3 | Nulidades..... | 407 |
| 1.2.1.7.4 | Análise dos argumentos das partes..... | 407 |
| 1.2.1.7.5 | Recebimento da denúncia..... | 408 |
| 1.2.1.7.6 | Advogado..... | 410 |
| 1.2.1.7.7 | Recursos..... | 411 |
| 1.2.1.7.8 | Direito de audiência..... | 412 |
| 1.2.1.7.9 | Execução penal..... | 412 |
| 1.2.1.7.10 | <i>Habeas corpus</i> | 416 |
| 1.2.1.7.11 | Medidas cautelares..... | 416 |
| 1.2.1.7.12 | Indenização civil..... | 417 |
| 1.2.1.7.13 | Absolvição sumária do art. 397 do CPP..... | 417 |
| 1.2.1.7.14 | Revisão criminal..... | 417 |
| 1.2.1.7.15 | Necessidade de intimação..... | 418 |
| 1.2.1.7.16 | Imposição de penas restritivas de direitos..... | 418 |
| 1.2.1.7.17 | Inviabilidade da inovação da tese defensiva na tréplica..... | 419 |
| 1.2.1.7.18 | Ordem de manifestação para sustentação oral..... | 419 |
| 1.2.1.7.19 | Indeferimento de carta rogatória..... | 419 |
| 1.2.1.7.20 | Inovação de tese em embargos de declaração..... | 419 |
| 1.3 | Concernentes à atuação do Estado..... | 420 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 1.3.1 | Princípio do juiz natural e imparcial e princípio consequencial da iniciativa das partes | 420 |
| 1.3.1.1 | Conceito e abrangência..... | 420 |
| 1.3.1.2 | Juiz natural e juízo ou tribunal de exceção..... | 421 |
| 1.3.1.3 | Juiz imparcial | 421 |
| 1.3.1.4 | Iniciativa do juiz | 423 |
| 1.3.1.5 | Imparcialidade e motivação das decisões | 424 |
| 1.3.1.6 | Modificações de competência..... | 425 |
| 1.3.1.7 | Instrumentos casuísticos..... | 426 |
| 1.3.1.8 | O juiz natural e imparcial na jurisprudência | 427 |
| 1.3.1.8.1 | Juiz Natural | 427 |
| 1.3.1.8.2 | Juiz imparcial..... | 432 |
| 1.3.1.8.3 | Supressão de instância | 436 |
| 1.3.2 | Princípio da publicidade | 437 |
| 1.3.2.1 | Conceito e mérito | 437 |
| 1.3.2.2 | Intimidade e informação | 439 |
| 1.3.2.3 | Segredo de justiça e suas implicações..... | 441 |
| 1.3.2.4 | A publicidade na jurisprudência | 442 |
| 1.3.2.4.1 | Publicidade específica | 442 |
| 1.3.2.4.2 | Recursos..... | 445 |
| 1.3.2.4.3 | Confronto com o sigilo..... | 445 |
| 1.3.2.4.4 | Divulgação do nome do réu | 445 |
| 1.3.2.4.5 | Intimação pelo Diário Oficial | 446 |
| 1.3.3 | Princípio da vedação das provas ilícitas | 446 |
| 1.3.3.1 | Conceito e fundamento | 446 |
| 1.3.3.2 | Provas obtidas ilicitamente e a prevalência do interesse do réu | 448 |
| 1.3.3.3 | Disciplina legal | 449 |
| 1.3.3.4 | As provas ilegítimas e as nulidades..... | 449 |
| 1.3.3.5 | A teoria da proporcionalidade na aceitação da prova ilícita..... | 450 |
| 1.3.3.6 | A prova ilícita por derivação | 451 |
| 1.3.3.7 | Incidente de ilicitude da prova..... | 452 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 1.3.3.8 | A prova ilícita na jurisprudência | 453 |
| 1.3.3.8.1 | Prova ilícita por derivação..... | 453 |
| 1.3.3.8.2 | Demonstração da ilicitude da prova | 455 |
| 1.3.3.8.3 | Utilização de prova ilícita na sentença..... | 456 |
| 1.3.3.8.4 | Confronto com o direito à intimidade..... | 456 |
| 1.3.3.8.5 | Prova produzida por particular | 457 |
| 1.3.3.8.6 | Interceptação telefônica | 457 |
| 1.3.3.8.7 | Reconhecimento do acusado..... | 459 |
| 1.3.4 | Princípio da economia processual e princípios correlatos e consequenciais da duração razoável do processo e da duração razoável da prisão cautelar | 460 |
| 1.3.4.1 | Conceito e relevância..... | 460 |
| 1.3.4.2 | Princípio da duração razoável do processo | 462 |
| 1.3.4.3 | Princípio da duração razoável da prisão cautelar | 463 |
| 1.3.4.3.1 | O critério da proporcionalidade..... | 463 |
| 1.3.4.4 | A economia processual na jurisprudência..... | 464 |
| 1.3.4.4.1 | Duração razoável da prisão cautelar | 464 |
| 1.3.4.4.2 | Duração razoável do processo | 485 |
| 1.3.4.4.3 | Perpetuação da jurisdição..... | 488 |
| 1.3.4.4.4 | Falha de fundamentação e redução de pena..... | 489 |
| 1.3.4.4.5 | Reconhecimento de nulidade..... | 489 |
| 1.3.4.4.6 | Incompatibilidade da citação por edital no Juizado Especial Criminal..... | 489 |
| 1.3.4.4.7 | Julgamento unificado | 490 |
| 1.3.4.4.8 | Hipótese de absolvição sumária | 490 |
| 1.3.4.4.9 | Respeito à ampla defesa | 490 |
| 1.3.4.4.10 | Prova emprestada..... | 491 |
| 1.3.4.4.11 | Em conflito de competência | 492 |
| 1.3.5 | Princípios regentes do Tribunal do Júri..... | 493 |
| 1.3.5.1 | Tribunal do Júri como direito e garantia humana funda- mental..... | 493 |
| 1.3.5.2 | Princípio do sigilo das votações..... | 493 |
| 1.3.5.3 | Princípio da soberania dos veredictos | 495 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 1.3.5.4 | Princípio da preservação da competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida | 497 |
| 1.3.5.5 | O sigilo das votações na jurisprudência..... | 498 |
| 1.3.5.5.1 | Motivação das decisões | 498 |
| 1.3.5.5.2 | Incomunicabilidade dos jurados..... | 499 |
| 1.3.5.6 | A soberania dos veredictos na jurisprudência | 499 |
| 1.3.5.6.1 | Apelação..... | 499 |
| 1.3.5.6.2 | Pronúncia..... | 503 |
| 1.3.5.6.3 | Quesitação | 504 |
| 1.3.5.6.4 | Recursos..... | 504 |
| 1.3.5.7 | Competência para os crimes dolosos contra a vida..... | 505 |
| 2. | Princípios implícitos..... | 505 |
| 2.1 | Concernentes à relação processual | 505 |
| 2.1.1 | Princípio do duplo grau de jurisdição | 505 |
| 2.1.1.1 | Conceito e aplicabilidade | 505 |
| 2.1.1.2 | Exceções ao duplo grau de jurisdição..... | 507 |
| 2.1.1.3 | Fundamentação nos graus superiores..... | 508 |
| 2.1.1.4 | Supressão de instância | 509 |
| 2.1.1.5 | O duplo grau de jurisdição na jurisprudência..... | 510 |
| 2.1.1.5.1 | Limites ao duplo grau de jurisdição | 510 |
| 2.1.1.5.2 | Exercício do duplo grau de jurisdição..... | 511 |
| 2.1.1.5.3 | Correlação com outros princípios..... | 512 |
| 2.1.1.5.4 | Supressão de instância | 513 |
| 2.1.1.5.5 | Recurso no Júri..... | 516 |
| 2.1.1.5.6 | Julgamento por câmaras formadas por juizes de primeiro grau..... | 517 |
| 2.2 | Concernentes à atuação do Estado..... | 517 |
| 2.2.1 | Princípio do promotor natural e imparcial..... | 517 |
| 2.2.1.1 | Conceito e aplicação | 517 |
| 2.2.1.2 | Fundamento constitucional | 518 |
| 2.2.1.3 | O promotor natural na jurisprudência | 519 |
| 2.2.1.3.1 | Previsão no ordenamento brasileiro | 519 |
| 2.2.1.3.2 | Atuação na fase investigatória | 522 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 2.2.1.3.3 | Competência por prerrogativa de foro | 523 |
| 2.2.1.3.4 | Unidade e indivisibilidade do MP | 523 |
| 2.2.2 | Princípio da vedação do duplo processo pelo mesmo fato..... | 524 |
| 2.2.2.1 | Conceito e mérito | 524 |
| 2.2.2.2 | Correlação com impunidade | 525 |
| 2.2.2.3 | A reabertura da persecução penal | 526 |
| 2.2.2.3.1 | A inconstitucionalidade do art. 414, parágrafo único, do CPP..... | 527 |
| 2.2.2.4 | O duplo processo na jurisprudência | 528 |
| 2.2.2.4.1 | Reinício da persecução penal | 528 |

| | |
|---|------------|
| VI. SÍNTESE CONCLUSIVA DAS PROPOSTAS RELATIVAS À EXEGESE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS..... | 529 |
| 1. Princípios regentes..... | 529 |
| 2. Direitos e garantias humanas fundamentais | 530 |
| 3. Legalidade..... | 530 |
| 4. Anterioridade..... | 530 |
| 5. Retroatividade | 531 |
| 6. Humanidade..... | 531 |
| 7. Responsabilidade pessoal..... | 531 |
| 8. Individualização da pena e das medidas cautelares processuais penais .. | 532 |
| 9. Intervenção mínima | 533 |
| 10. Taxatividade..... | 533 |
| 11. Proporcionalidade | 534 |
| 12. Dupla punição pelo mesmo fato..... | 534 |
| 13. Culpabilidade | 535 |
| 14. Presunção de inocência | 536 |
| 15. Ampla defesa | 537 |
| 16. Plenitude de defesa..... | 537 |
| 17. Contraditório | 537 |
| 18. Juiz natural e imparcial..... | 538 |
| 19. Publicidade | 539 |

| | |
|--|------------|
| 20. Provas ilícitas | 539 |
| 21. Economia processual | 540 |
| 22. Júri | 540 |
| 23. Duplo grau de jurisdição | 541 |
| 24. Promotor natural e imparcial..... | 541 |
| 25. Duplo processo pelo mesmo fato | 541 |
| 26. Primazia da Constituição Federal | 542 |
| BIBLIOGRAFIA | 543 |
| ANEXOS..... | 555 |
| OBRAS DO AUTOR..... | 565 |